

AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS: UM ESTUDO NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS EM GESTÃO FINANCEIRA

Rafael Moreira Antônio
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diego Bevilacqua Meli
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

Apesar da recente valorização das ações de responsabilidade sócio-ambiental, pouco se discute sobre os resultados dessas ações sociais, e nem sempre se consegue atingir o objetivo inicial do projeto. A contabilidade tem condições de avaliar a eficácia e eficiência desses projetos sociais. As entidades filantrópicas vêm sendo muito questionadas devido ao uso da filantropia para desvio de verba pública. A contabilidade é uma ferramenta capaz de evidenciar a eficiência das ações sociais e manter a credibilidade das entidades honestas. Entretanto, a gestão financeira das organizações filantrópicas geralmente é bastante precária. Para tentar reverter esse quadro, uma faculdade de Ribeirão Preto oferece gratuitamente um curso de capacitação em gestão financeira. Mas isso só é válido se os conceitos forem absorvidos e aplicados nas entidades. Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a eficácia de um curso de capacitação em gestão financeira para entidades filantrópicas. Por meio de Pesquisa de Avaliação, o curso foi avaliado em seu processo e em seus resultados. Constatou-se que o curso, de modo geral, atendeu às expectativas das entidades, mas ainda não foi capaz de provocar mudanças significativas. Ainda que algumas entidades tenham alterado alguns controles não houve incrementos nos quesitos transparência e prestação de contas.

1. INTRODUÇÃO

Na economia pode-se claramente distinguir os agentes que nela atuam. O Estado, responsável por oferecer saúde, educação, segurança, seguridade social à população, dentre outras funções desempenhadas, é conhecido como Primeiro Setor. O Segundo Setor é representado pela iniciativa privada, ou seja, empresas particulares que visam o lucro, beneficiando seus proprietários, geram empregos e desenvolvem a comunidade local envolvida com a empresa. O Terceiro Setor da economia também é composto pela iniciativa privada, porém com finalidade pública, e vem crescendo substancialmente no Brasil.

Pode-se dizer que tal crescimento está relacionado com a falta de eficiência com que o Estado presta os serviços, de sua gama de obrigações constitucionais, à população. Atualmente encontram-se classificadas como entidades do Terceiro Setor fundações, associações, sindicatos e organizações não governamentais sem fins lucrativos. Destacam-se as entidades de assistência social, muitas vezes entidades filantrópicas, que surgem com o objetivo melhorar as condições sociais do país e suprir as ineficiências do Estado. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2006, o número de entidades pertencentes ao Terceiro Setor voltadas à assistência social é de 16.089 espalhadas de forma dispersa pelo território nacional, com 512.152 pessoas atuantes nessa atividade.

O Setor possui algumas dificuldades, como a escassez de recursos e a falta de profissionalismo dos gestores, fatores que por vezes podem comprometer seu desempenho. Em meio ao cenário em que estão inseridas as entidades filantrópicas é de fundamental importância que haja profissionalização, para que assim o comportamento dessas entidades, diante da escassez de recursos, seja o mais eficiente possível.

Com o intuito de incrementar essa eficiência, foi elaborado um curso de capacitação em gestão financeira para entidades filantrópicas da cidade de Ribeirão Preto, cujo objetivo é fornecer capacitação e aprimoramento profissional para os gestores das entidades em questão, visando a contribuir na profissionalização e transparência das organizações, bem como na melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população.

Apesar de ser uma iniciativa muito positiva para preparar as entidades para a transparência exigida pela sociedade e pelo Estado atualmente, questiona-se a capacidade do curso para atingir seus objetivos. Percebe-se que as entidades, por serem extremamente carentes de recursos, aceitam muitas ofertas gratuitas, ainda que não sejam úteis, por receio que as pessoas deixem de oferecer seus recursos. É comum, por exemplo, em visitas a essas entidades encontrar bens que não serão utilizados e nem vendidos pela organização, mas ainda assim, foram aceitos em doação.

Um curso de capacitação gratuito só é válido se seus conceitos forem absorvidos e aplicados pelos alunos. Assim, esse trabalho tem o objetivo principal de avaliar a eficácia de um curso de capacitação em gestão financeira para entidades filantrópicas oferecido gratuitamente em Ribeirão Preto. São objetivos específicos: (i) investigar características de gestão financeira na prática das entidades filantrópicas, (ii) propor melhorias para o curso de capacitação em questão e (iii) disseminar a metodologia desenvolvida para o curso de capacitação para que faculdades possam oferecer o curso, gratuitamente, em outras regiões do país. Para concretizar a pesquisa, a estratégia escolhida foi a Pesquisa de Avaliação.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: revisão bibliográfica que aborda o contexto das entidades filantrópicas e a importância da contabilidade para elas; descrição do curso de capacitação em análise no trabalho; descrição dos procedimentos metodológicos para realização da pesquisa; análise dos resultados da avaliação do curso de capacitação e considerações finais que incluem propostas de melhoria para o curso.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em contraste com relação aos demais setores da economia o Terceiro Setor, como já citado anteriormente, é representado pela iniciativa privada e com finalidade pública. Com a proposta de complementar a prestação de serviços não realizados pelo Estado e diminuir as diferenças sociais, o setor se solidifica. O setor é caracterizado por uma grande diversidade de atividades como mostra a classificação internacional exposta no quadro 1.

As instituições do Terceiro Setor possuem as seguintes características, de acordo com Olak (2006, p. 6):

- o lucro não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais;
- seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais;

- o patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo;
- as contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais dessas entidades.

Esta pesquisa tem foco nas entidades de assistência social, objeto de trabalho do curso de capacitação em questão. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2006), as 16.089 entidades de assistência social, pertencentes ao Terceiro Setor, estão distribuídas de maneira desigual pelo território nacional, sendo que a maior concentração está no Sudeste com 51,8% delas, seguida pela região Sul, com 22,6%, Nordeste, com 14,8%, Centro-Oeste com 7,4% e Norte com 3,4%. Destaca-se o estado de São Paulo que concentra 29,6 % de todas as entidades do Brasil.

Quadro 1 – Tabela ICNPO – Classificação Internacional das Organizações sem fins lucrativos

Grupo 1: Cultura e Recreação 1 100 Cultura e Artes 1 200 Esportes 1 300 Outras Recreações e Clubes Sociais	Grupo 7: Serviços Legais, Defesa de Direitos Civis e Organizações Políticas 7 100 Organizações Cívicas e de Defesa dos Direitos Cívicos 7 200 Serviços Legais 7 300 Organizações Políticas
Grupo 2: Educação e Pesquisa 2 100 Ensino Fundamental e Médio 2 200 Educação Superior 2 300 Outras em Educação 2 400 Pesquisa	Grupo 8: Intermediárias Filantrópicas e de Promoção de Ações Voluntárias 8 100 Fundações Financiadoras 8 200 Outras Filantrópicas Intermediárias
Grupo 3: Saúde 3 100 Hospitais e Reabilitação 3 200 Casas de Repouso 3 300 Saúde Mental e Intervenção em Crises 3 400 Outros Serviços de Saúde	Grupo 9: Atividade Internacional 9 100 Atividades Internacionais
Grupo 4: Assistência e Promoção 4 100 Assistência Social 4 200 Emergência e Amparo 4 300 Auxílio à Renda e Sustento	Grupo 10: Religião 10 100 Congregações Religiosas e Associações
Grupo 5: Meio Ambiente 5 100 Meio Ambiente 5 200 Proteção à Vida Animal	Grupo 11: Associações Profissionais, de Classe e Sindicatos 11 100 Associações de Classe 11 200 Associações Profissionais 11 300 Sindicatos
Grupo 6: Desenvolvimento e Moradia 6 100 Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário 6 200 Moradia 6 300 Emprego e Treinamento	Grupo 12: Não classificado em outro Grupo 12 100 Outras não classificadas

FONTE: RODRIGUES, 2004, p. 36

De acordo com a mesma pesquisa, trabalham nesse ramo de atividade, 512.152 pessoas sendo que a maior parte desse número é representada por voluntários, 53,4% do total. Ainda com relação à mão de obra, dos voluntários que atuam no setor, 45,5% possuem o nível médio de escolaridade, 27,5% possuem somente o nível fundamental e 26,8% possuem formação superior. Já com relação aos não voluntários a composição de participação com relação à escolaridade é a seguinte: 39,8% possuem nível médio, 25,3% têm somente nível fundamental e 35%, nível superior.

A falta de conhecimento em administração das pessoas envolvidas no Setor pode explicar um dos maiores problemas nele existente, a falta de profissionalismo na administração, segundo Falconer (1999, p. 109):

Há um virtual consenso entre estudiosos e pessoas envolvidas no cotidiano de organizações sem fins lucrativos de que, no Brasil, a deficiência no gerenciamento destas organizações é um dos maiores problemas do setor, e que o aperfeiçoamento da gestão – através da aprendizagem e da aplicação de técnicas oriundas do campo da Administração – é um caminho necessário para o atingir de melhores resultados. O problema fundamental do terceiro setor, nesta visão, é um problema de gestão. Esta parece ser a premissa que fundamenta o recente surgimento de inúmeros programas de capacitação para instituições do terceiro setor e, não surpreendentemente, é a visão predominante entre as escolas de Administração.

Apesar desse estudo de Falconer ter quase dez anos, a realidade encontrada atualmente não é muito diferente. Entretanto, não se pode negar que houve uma grande conscientização das entidades quanto à necessidade de mudança.

Em meio à necessidade de profissionalização na gestão discursa Peyon (2004, p. 2): “Hoje em dia não basta ter amor ao próximo ou ao bem comum. É preciso profissionalizar cada vez mais a gestão das Ong’s, para que elas possam sobreviver, sem improvisações”.

Os recursos financeiros têm papel muito importante no processo de profissionalização das entidades filantrópicas, pois (i) elas trabalham com recursos da sociedade, logo qualquer prejuízo seria da sociedade, (ii) a isenção de tributos exige prestação de contas por meio de relatórios financeiros, (iii) grande parte dos casos de fraudes envolvendo entidades filantrópicas tem por objetivo desviar dinheiro público, e, por fim, (iv) as auditorias e fiscalizações iniciam-se pela área financeira. Para gerir os recursos financeiros é importante conhecer contabilidade.

A contabilidade é um ramo do conhecimento que tem por objeto de estudo o patrimônio das empresas de forma geral, ou seja, entidades com ou sem fins lucrativos. A definição dessa ciência é feita da seguinte maneira pela Fundação Instituto de pesquisas Contábeis, Atuariais, e Financeiras - FIPECAFI (2007, p. 29):

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Já para Marion (2006, p. 23):

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Percebe-se que a contabilidade e suas demonstrações têm papel fundamental nas mais variadas entidades, e não é diferente em entidades sem fins lucrativos, pois as informações contidas nos relatórios produzidos pela contabilidade ajudam os gestores na tomada de decisões, tais como decidir sobre terceirizar a mão-de-obra ou não, fazer a aquisição de um imóvel ou alugá-lo, ou seja, decidir acerca do futuro das instituições.

Em entidades sem fins lucrativos em que a obtenção de recursos financeiros é feita por meio de doações de voluntários, as demonstrações financeiras podem desempenhar um papel ainda mais importante: demonstrar como são gastos os recursos doados, ou seja, se a entidade é eficiente na administração das doações recebidas.

Além disso, as demonstrações contábeis podem ter papel importante na decisão do doador em financiar ou não uma organização. Tais relatórios podem auxiliar as organizações na melhoria da sua imagem e credibilidade por meio da prática da transparência. Transparência nada mais é do que apresentar à população e aos interessados os projetos, os resultados obtidos e também o número de pessoas atendidas pela ação social.

“Por muitos motivos, as entidades sem fins lucrativos no Brasil não cultivam a transparência” (OLAK, 2006, p. 23). Mas esse cenário de obscuridade e falta de informações tem mudado e mudará ainda mais, pois o doador tornou-se mais exigente e as entidades sem fins lucrativos têm se conscientizado sobre a importância da transparência para obter credibilidade.

Em face ao que foi apresentado é de suma importância que as entidades filantrópicas tenham uma gestão mais profissional, e para tanto é necessário que haja um aprimoramento dos profissionais que se encontram frente às entidades. Assim, o curso foi elaborado para aprimorar o conhecimento em gestão dos participantes, e também conscientizar as entidades a cerca da questão da transparência e da importância da contabilidade como ferramenta de gestão financeira.

3. DESCRIÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO

O desenvolvimento do Curso de Capacitação para Entidades Filantrópicas começou há um ano. A idéia era desenvolver um programa baseado nas necessidades das entidades e envolver os alunos de graduação em Ciências Contábeis no processo. Decidiu-se que os alunos da graduação seriam responsáveis pelo plantão de dúvidas do curso e que o curso seria desenvolvido de modo que as entidades pudessem incrementar sua gestão financeira já ao longo do curso. Com isso, os alunos ganhariam experiência prática e as entidades aprenderiam, e já colocariam em prática, novas ferramentas de gestão.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com o intuito de buscar pesquisas que caracterizassem as necessidades dessas entidades. Com isso, o curso foi desenvolvido com os seguintes módulos:

- Aspectos Jurídicos e Tributários do Terceiro Setor;
- Contabilidade para Terceiro Setor;
- Gestão de Custos para Terceiro Setor;
- Gestão de Capital de Giro para Terceiro Setor;
- Orçamento e Elaboração de Projetos para o Terceiro Setor.

As aulas seriam ministradas por professores da própria faculdade e o material didático seria desenvolvido pelos alunos de graduação em conjunto com cada docente. O material didático foi composto por parte teórica para apresentação das aulas expositivas e parte prática com exercícios aplicados a entidades filantrópicas.

Com o curso desenvolvido, teve início o processo de formação da primeira turma. Foi realizada uma pesquisa para conhecer a população que poderia participar da primeira turma e convidá-los para o curso. Para isso foram visitados os seguintes *sites* da Internet: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e Projeto Serafins. Com a pesquisa foi construído um cadastro e estabeleceu-se que a primeira turma seria composta somente por entidades voltadas à

assistência social, tornando assim a turma mais homogênea, visando a um melhor aproveitamento do aprendizado.

Após a definição das Entidades que se enquadraram no que fora estabelecido; foram selecionadas cinquenta delas para apresentação do curso. Inicialmente estabeleceram-se contatos por meio de telefonemas para perceber a receptividade das entidades. Nesse primeiro contato a aceitação foi grande e a maioria delas mostrou-se interessada em participar, o que entusiasmou os idealizadores do curso.

Após os telefonemas foram enviadas quarenta cartas às entidades que se mostraram interessadas em participar do curso com o convite para uma palestra de apresentação do programa. A palestra tinha como objetivo formalizar a participação das entidades na primeira turma, bem como definir, de acordo com a necessidade das entidades, o melhor horário e dia da semana para a realização das aulas.

Para surpresa dos idealizadores compareceram à palestra somente quatro entidades e, temendo não conseguir concretizar o curso, decidiu-se estreitar a relação entre os idealizadores e as possíveis entidades participantes, para tanto foram realizadas visitas à aproximadamente oito instituições com o objetivo de apresentar o curso e de receber críticas ao programa. Dentre as visitas, uma entidade, cuja representante esteve na palestra inicial, foi fundamental para a concretização do curso, pois por meio desse contato se conseguiu um espaço em uma reunião mensal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para divulgação do projeto. Na reunião obteve-se o apoio de uma funcionária do Conselho que se dispôs a ajudar. Por meio do contato com a funcionária inscreveram-se nove entidades, além de uma que já havia confirmado a participação.

Entretanto, na primeira aula compareceram apenas sete entidades. O curso teve início com cerca de dez alunos, algumas entidades mandaram duas pessoas, mas duas entidades desistiram após a terceira aula. As quatro entidades permaneceram até o término do Curso. O pequeno número de entidades permitiu um contato muito próximo com todas elas, permitindo uma grande troca de experiências.

Ficou decidido que as aulas seriam quinzenais e no período da tarde (cinco horas de aula por tarde). Além das aulas apresentadas anteriormente foi inserida uma aula sobre Excel, já que as aulas de contabilidade aconteceriam com o auxílio dessa ferramenta e todos os participantes pediram um aprimoramento.

No transcorrer de todo o curso, os alunos de graduação que participaram do projeto assistiram às aulas e foram responsáveis pelo plantão de dúvidas oferecido por meio de correio eletrônico ou presencialmente com data e hora marcadas previamente. Entretanto, houve um interesse muito pequeno das entidades pelo plantão de dúvidas. Os alunos foram acionados apenas duas vezes, além da aula de Excel que foi organizada e ministrada por eles.

Quando se buscou investigar o motivo desse pequeno interesse pelos plantões, percebeu-se que as entidades não estavam colocando em prática quase nenhum dos conceitos trabalhados em aula. Questiona-se, então, a relevância do curso de capacitação e os resultados efetivamente alcançados. Daí a importância da avaliação do projeto.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo examinar a eficácia do curso de capacitação oferecido, e também analisar os processos adotados para a execução do curso, para tanto foi

adotado o método de pesquisa de avaliação. A pesquisa de avaliação é usada para analisar programas, políticas, projetos entre outros. Esse tipo de pesquisa permite avaliar os resultados e decidir o que deve ser modificado e outras decisões com base na efetividade do programa. Martins e Theóphilo (2007, p. 79) definem essa estratégia de pesquisa como “uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real”. Esse tipo de pesquisa permite avaliar os resultados e decidir o que deve ser modificado e outras decisões com base na efetividade do programa.

Martins e Theóphilo (2007, p.79) dizem que há dois tipos de pesquisas de avaliação: pesquisas de avaliação dos resultados e pesquisa de avaliação do processo. A avaliação de resultados tem como propósito determinar a efetividade de intervenções e ações humanas (programas, políticas etc.), enquanto o propósito da avaliação de processo é o aperfeiçoamento de intervenções e ações humanas. O trabalho em questão adotará as duas abordagens, já que o objetivo é avaliar a turma encerrada para começar uma nova turma com o processo aperfeiçoado.

A coleta de dados para realização da pesquisa utilizou questionários, aplicados no início e no final do curso, observação direta, realizada em visita à entidade após o encerramento do curso e entrevistas semi-estruturadas no final da última aula do curso. O objetivo da coleta de dados era compor os indicadores antes e depois do curso e perceber a influência que curso teve nos participantes.

A pesquisa de avaliação compara os resultados esperados com os resultados alcançados para verificar a eficácia do programa. Para tanto, antes de iniciar o projeto foi necessário definir os objetivos do programa de capacitação. Além disso, foi necessário definir indicadores que pudessem mensurar o alcance desses objetivos e valorá-los antes de iniciar o programa para cada entidade. O desenvolvimento da metodologia de avaliação baseou-se em Cohen e Franco (2004) e Cano (2004).

4.1. Definição dos Critérios de Avaliação

O objetivo geral do curso é capacitar entidades sem fins lucrativos voltadas à assistência social da cidade de Ribeirão Preto em gestão financeira, e os objetivos específicos são:

- oferecer ferramentas de gestão financeira que permitam o melhor uso de recursos nas entidades filantrópicas;
- melhorar a prestação de contas para a sociedade dos recursos consumidos e serviços prestados por entidades filantrópicas;
- dar assistência às entidades participantes do programa na implantação dos conceitos ensinados (como um “plantão” para esclarecimento de dúvidas);
- verificar, na prática, a forma como algumas entidades filantrópicas fazem gestão financeira;
- avaliar os resultados do programa de capacitação.

Concomitantemente ao desenvolvimento do curso de capacitação foi desenvolvida sua metodologia de avaliação, que consistiu na elaboração dos questionários que foram aplicados aos alunos e dos indicadores de desempenho a serem calculados com as informações do questionário.

Foram desenvolvidos três questionários. Inicialmente foi preparado um questionário visando conhecer a rotina de trabalho das entidades participantes, bem como o nível de

informações relacionadas à gestão, controle e contabilidade que as pessoas participantes possuíam sobre a entidade. Esse questionário foi aplicado aos alunos no primeiro dia de aula. Em seguida foi criado um questionário de avaliação dos conhecimentos adquiridos em cada aula, estrutura das salas e dos materiais disponíveis à turma, objetivando identificar falhas e pontos fortes do programa e da estrutura disponibilizada, a fim de aprimorar o curso. Por fim, foi criado um questionário, baseado no primeiro, para investigar mudanças geradas pelo curso na entidade.

Vale ressaltar uma limitação do estudo uma vez que não foi mantido um grupo de controle, ou seja, não houve comparação entre dois grupos distintos, sendo um deles composto por participantes do curso de capacitação e o segundo composto por não participantes. A importância desse tipo de controle se daria no sentido de avaliar de maneira mais efetiva a influência que o curso proporcionou ao grupo.

Os indicadores definidos para a avaliação do processo estão expostos no Quadro 2. Os indicadores de processo foram definidos a partir da estrutura do curso de capacitação e englobam principalmente questões de didática, conteúdo e infra-estrutura.

Quadro 2 – Descrição dos indicadores de avaliação do processo

AVALIÇÃO DO PROCESSO	
Indicadores	Descrição Operacional
Avaliação Geral do Curso	Os alunos do curso avaliaram o curso com as opções: Muito Útil, Útil, Aplicável, Pouco aplicável, Mais útil para mim que para a entidade
Programa de disciplinas	Os alunos do curso avaliaram esse indicador em cada aula com o questionário de avaliação da disciplina e ainda responderam, no questionário final, se incluíam ou excluíam alguma disciplina
Material didático e Exercícios	Os alunos do curso avaliaram esse indicador em cada aula com o questionário de avaliação da disciplina
Duração e carga horária	Os alunos do curso avaliaram se a carga horária foi adequada e se o intervalo entre as aulas foi bom, muito pequeno ou muito grande
Horário das aulas	Os alunos do curso responderam uma pergunta aberta sobre qual o melhor horário para realização do curso
Estrutura física disponibilizada.	Os alunos do curso avaliaram esse indicador em cada aula com o questionário de avaliação da disciplina

FONTE: Elaborado pelos autores

Quadro 3 – Descrição dos indicadores de avaliação de resultados

AVALIACÃO DE RESULTADOS		
Indicadores	Descrição Operacional	
Escrituração Contábil	Foi avaliado se a escrituração formal é feita internamente ou se é terceirizada para escritório de contabilidade	
Controle de Despesas	Foi avaliado se a entidade tem controle dos seus gastos	
Conhece o custo por pessoa atendida	Foi avaliado se a entidade calcula seus custos e se conhece o custo de manutenção da entidade	
Controle de caixa	Foi avaliado se a entidade faz fluxo de caixa, se controla contas a pagar e contas a receber	
Controle de estoque	Foi avaliado se a entidade controla a movimentação do estoque, física e financeira, inclusive com a contabilização das doações recebidas	
Faz orçamento	Foi avaliado se a entidade faz orçamento, se o faz para toda a entidade ou apenas para os projetos de financiamento	
DC Auditadas	Foi questionado se as demonstrações contábeis são auditadas por auditores externos	
Prestação de Contas	Governo	Foi questionado se as entidades prestam contas e qual o meio utilizado para tal
	Doadores	Foi questionado se as entidades prestam contas e qual o meio utilizado para tal
Conhecimentos Adquiridos	Os alunos do curso avaliaram esse indicador em cada aula com o questionário de avaliação da disciplina e ainda responderam, no questionário final, como avaliam os conhecimentos adquiridos no curso, com as opções reduzidos, medianos, bons e elevados	
Aplicação dos conceitos	Foi avaliado se as entidades aplicaram em suas entidades algum conceito trabalhado em sala de aula e se mudaram algum controle como consequência do curso	

FONTE: Elaborado pelos autores

Já os indicadores definidos para avaliação de resultados estão expostos no Quadro 3 também com suas respectivas definições operacionais. Os indicadores foram definidos de modo a perceber a realidade da gestão contábil da entidade antes e depois do curso.

Os indicadores foram avaliados com base nas respostas dos questionários, nas entrevistas semi-estruturadas e na observação direta. Por exemplo, uma entidade afirmou no questionário ter controle de estoque, mas em visita à entidade, constatou-se que a entidade tinha controle físico do estoque e não financeiro, logo tal controle não é parte da gestão contábil. Assim, as demais fontes de coleta, além dos questionários, serviram para complementar e confirmar as respostas dadas.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de resultados da pesquisa será dividida em três etapas: análise das entidades que participaram do processo; análise dos indicadores de avaliação do processo e análise dos indicadores de avaliação de resultados. Posteriormente serão sugeridas algumas modificações a serem implantadas na próxima turma do Curso de Capacitação em Gestão Financeira para Entidades Filantrópicas.

A descrição das entidades contempla todas as entidades que iniciaram o curso, e portanto responderam ao primeiro questionário. O quadro 4 mostra o perfil das quatro entidades que fizeram o curso completo e o quadro 5 mostra o perfil daquelas que desistiram. O fato de cerca de 40% das entidades terem desistido do curso não poderia deixar de ser analisado nesse processo de avaliação. Após o término no curso procurou-se contato com as três entidades para saber o motivo da desistência. As respostas foram diversas e contribuíram

pouco para a avaliação do curso: uma participante engravidou e necessitou de repouso, por isso parou de freqüentar as aulas; e as outras duas alegaram problema de tempo por excesso de trabalho. A questão do tempo poderia ser resolvida se as aulas fossem oferecidas em outro período e essa é uma crítica também das entidades que encerraram o curso, logo deverá ser revisada.

Quadro 4 – Perfil das entidades que participaram de todo o processo

Descrição das entidades		1	2	3	4
Atividade Social		Atende crianças e adolescentes em regime de creche e abrigo com atividades educacionais.	Atende crianças e adolescentes com atividades educacionais.	Atende adolescentes com atividades educacionais.	Atende crianças e adolescentes com atividades educacionais.
Título de Utilidade Pública	Municipal	SIM	SIM	SIM	SIM
	Estadual	SIM	SIM	SIM	NÃO
	Federal	SIM	SIM	SIM	NÃO
	CNAS	SIM	SIM	SIM	NÃO
Número de Empregados		9	16	19	9
Número de Voluntários		Não respondeu	12	30	11
Fontes de Receita	Doações PF	X	X	X	X
	Doações PJ	X	X	X	
	Verba Pública	X	X	X	X
	Vendas de Produtos			X	X
	Eventos/Promoções	X	X		X
Número de Beneficiados em 2006		Não lembra	97	160	120
Maior dificuldade de gestão		Falta de recursos e falta de planejamento	Organização e unidade	Falta de informação, falta de voluntários e pessoas para bom gerenciamento	Dificuldade de aceitação de mudanças

FONTE: Elaborado pelos autores

Quanto ao perfil das entidades, percebem-se diversos pontos em comum. Apenas uma delas não tem nenhum título de utilidade pública e é uma entidade nova. Os títulos são divulgados para a comunidade em todos os casos e as entidades acreditam que, além do benefício fiscal, conseguem credibilidade com a obtenção do título. Vale lembrar que a manutenção desses benefícios é condicionada à prestação de contas, o que pode explicar o interesse das entidades pelo curso.

Quadro 5 – Perfil das entidades que não terminaram o curso

Descrição das entidades		5	6	7
Atividade Social		Atende crianças e adolescentes com atividades educacionais.	Atende crianças e adolescentes em regime de creche com atividades educacionais.	Conscientização sobre a diversidade sexual.
Título de Utilidade Pública	Municipal	SIM	SIM	NÃO
	Estadual	NÃO	NÃO	NÃO
	Federal	NÃO	NÃO	NÃO
	CNAS	NÃO	NÃO	NÃO
Número de Empregados		3	11	0
Número de Voluntários		11	20	10
Fontes de Receita	Doações PF	X	X	
	Doações PJ	X	X	X
	Verba Pública	X	X	
	Vendas de Produtos			
	Eventos e Promoções	X		
Número de Beneficiados em 2006		Não lembra	Não Respondeu	Não Conhece

FONTE: Elaborado pelos autores

Todas as organizações apresentam diversos tipos de receitas, buscando maximizar a arrecadação de recursos. Um ponto importante é que todas elas recebem verba pública e, muitas vezes, dependem dessa verba. Mais uma vez, exige-se prestação de contas. E diferentes esferas do governo exigem diferentes formas de prestação de contas o que acaba burocratizando mais as entidades. Foi possível perceber nesse processo que as entidades despendem mais tempo com a prestação de contas ao governo que à sociedade. E uma nem sempre atende à outra. Por exemplo, a prefeitura de Ribeirão Preto exige que a entidade apresente demonstração de gastos exatamente no valor recebido por ela investido. Então a entidade não pode apresentar sua Demonstração de Superávit ou Déficit como justificativa do uso de recursos, ela precisa elaborar um relatório exclusivo para a prefeitura. Como na prática a verba é conjunta, isso toma bastante tempo dos gestores.

A maioria das organizações estudadas tem voluntários e empregados trabalhando juntos. Durante o curso, constatou-se que as entidades não usam voluntários em atividades de rotina ou atividades que exigem compromisso firme. Por exemplo, todas as professoras ou responsáveis pelas crianças são contratadas.

A segunda fase de análise dos resultados é a avaliação do processo. Os questionários aplicados em cada aula foram destinados a avaliar as aulas e a estrutura do curso. De modo geral as respostas foram parecidas. Em resposta à pergunta “*Como avalia os conhecimentos adquiridos nesse curso?*”, nenhuma respondeu que obteve conhecimentos reduzidos, 5% obtiveram conhecimentos medianos, 58% bons e 38% elevados, como exposto no gráfico 1.

Ao analisar as propostas de melhoria das entidades que permaneceram até o término do curso pode-se verificar o seguinte: a carga horária e o material didático disponibilizados foram satisfatórios, com relação ao horário das aulas oferecido, houve certa divergência, pois uma das participantes não alteraria, duas preferem as aulas no período noturno e uma aos sábados; opiniões compreensíveis, pois as aulas foram ministradas às quintas-feiras no período da tarde e os alunos precisavam deixar a entidade em detrimento às aulas.

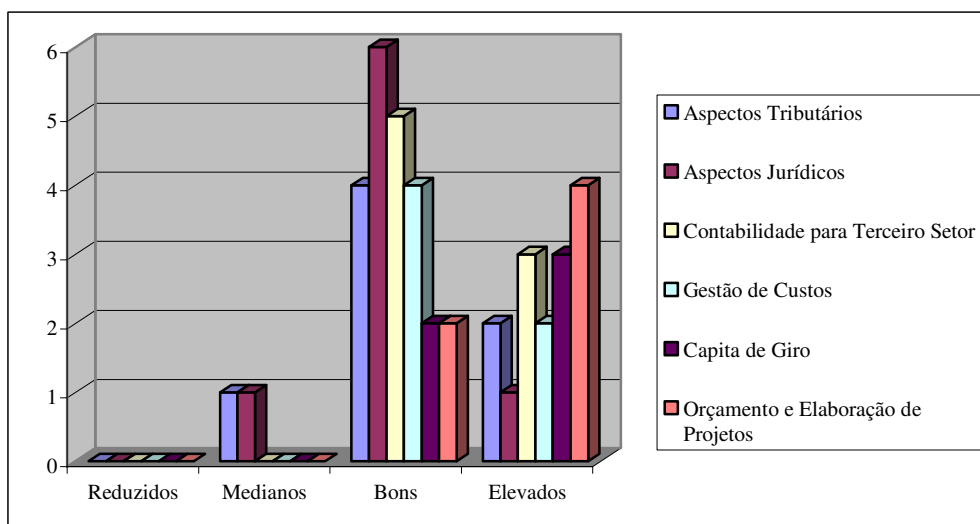


Gráfico 1 – Conhecimentos adquiridos com o curso

Acerca do conteúdo das aulas e do programa percebeu-se por meio de entrevista não estruturada que as entidades aprovaram o programa, embora tenham solicitado um maior aprofundamento em tributação específica do Setor, contabilidade de custos e orçamentos, além de solicitarem um maior tempo de aula para realização de exercícios a fim de melhor

assimilar as matérias. No que diz respeito à estrutura física disponibilizada, segundo os alunos, houve um consenso no sentido de satisfação.

O quadro 6 mostra os resultados dos indicadores de avaliação do processo. Conclui-se que, de modo geral, houve satisfação quanto ao processo, mas dois pontos deverão ser repensados para a próxima turma: o horário do curso e a carga horária por módulo.

Quadro 6 – Indicadores de Avaliação do Processo por entidade

Avaliação de Processo	1	2	3	4
Avaliação Geral do Curso	Muito Útil	Muito Útil	Muito Útil	Muito Útil
Programa de disciplinas	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
Material didático e Exercícios	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
Duração e carga horária	Adequada	Adequada	Insuficiente	Parcialmente Adequada
Horário das aulas	Mudar para noturno	Melhor aos sábados	Mudar para noturno	Adequado
Estrutura física disponibilizada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada

FONTE: Elaborado pelos autores

A terceira fase deste tópico é a avaliação de resultados. O quadro 7 mostra os indicadores comparando antes e depois do curso por entidade. Constatou-se que apenas uma possuía um bom controle de custos; nenhuma controlava estoques adequadamente; todas prestam contas ao governo e aos demais financiadores; todas fazem controle de caixa, mas nenhuma faz fluxo projetado de caixa; e todas realizam orçamento de curto prazo, mas apenas uma o faz para o ano todo (exceto quando o projeto de financiamento exige).

Quadro 7 – Indicadores de Avaliação de Resultados das Entidades que participaram de todo o curso

Avaliação de Resultados	1		2		3		4		
	<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>	
<i>Escrituração Contábil</i>	Terceirizada	Mesmo Contador	Própria	Própria	Terceirizada	Mesmo Contador	Terceiriz	Mesmo Contador	
<i>Controle de Despesas</i>	SIM	Pretende mudar	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	
<i>Conhece o custo por pessoa atendida</i>	NÃO	NÃO	SIM	NÃO ALTEROU	NÃO	NÃO ALTEROU	NÃO	Está implantando, mas sem o auxílio dos alunos de graduação	
<i>Controle de caixa</i>	Livro Caixa e Planilha de	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	
<i>Controle de estoque</i>	Sim, mas não contabiliza doações recebidas em estoque	Pretende registrar doações na contabilidade	NÃO	Pretende implantar	NÃO	Está implantando controle de estoque de mantimentos	SIM	Está implantando mudanças, mas por adequação a um novo programa	
<i>Faz Orçamento</i>	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	SIM	
<i>DC Auditadas</i>	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	
<i>Prestação de Contas</i>	<i>Governo</i>	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU
	<i>Doadores</i>	SIM	Pretende melhorar	SIM	NÃO ALTEROU	Sim, mas não informou como	NÃO ALTEROU	SIM	NÃO ALTEROU
<i>Conhece o resultado contábil calculado pelo contador?</i>	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	
<i>Conhecimentos Adquiridos</i>	Elevados		Bons		Medianos		Bons		
<i>Aplicação dos conceitos</i>	Não aplicou, mas declarou interesse em praticá-los futuramente		Durante o curso passou a contabilizar as doações recebidas em bens usados, logo após o encerramento do curso passou a fazer controle de patrimônio		A representante da entidade trouxe pouca informação sobre a aplicação dos conceitos na entidade e não demonstrou interesse em usar os alunos de graduação para auxílio na implantação de novas ferramentas		Não aplicou, mas declarou interesse em praticá-los futuramente		

FONTE: Elaborado pelos autores

Foi possível perceber que grande parte das falhas de gestão são oriundas da falta de conhecimento. Por exemplo: em visita realizada pelos idealizadores do projeto a uma entidade no transcorrer do curso verificou-se que os mantimentos recebidos em doação não eram informados ao escritório contábil responsável pela escrituração dessa entidade, mas os mantimentos comprados o eram, mostrando falta de conhecimento acerca da maneira correta de contabilizar eventos pertinentes à realidade do Setor. Outro exemplo: uma entidade queria saber por que o resultado do período calculado por ela era diferente daquele calculado pela contabilidade, já que eles não “escondiam” nenhuma informação e após um rápido diagnóstico constatou-se que algumas mercadorias (especialmente verduras e ovos) eram compradas de um verdureiro que dava um “recibo azul” e a pessoa representante da entidade aparentemente não sabia que o mesmo não tinha valor fiscal. E por fim, essa falta de conhecimento conceitual se comprovou quando duas entidades disseram no questionário inicial que tinham controles de custos e no questionário final, após o módulo de custos, disseram que não tinham (nem inicialmente nem atualmente).

Percebe-se que, apesar de diversas declarações de intenção de mudança no transcorrer do curso, poucos controles se alteraram. Aparentemente houve uma conscientização sobre a necessidade de mudança nessas entidades, especialmente no quesito transparência, mas isso ainda não se transformou em realidade.

As instituições que ficaram até o final tiveram um bom aproveitamento, segundo opinião dos próprios alunos, e a maior reclamação feita por elas foi a falta de recursos humanos disponíveis e de tempo para tentar aplicar os conhecimentos adquiridos na prática.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante a existência de programas que possam orientar as entidades filantrópicas para melhorar o gerenciamento dos escassos recursos aos quais elas têm acesso. Entretanto, os programas só fazem sentido se conseguirem provocar melhorias reais. Assim, o objetivo desse trabalho era avaliar a eficácia de um curso de capacitação em gestão financeira para entidades filantrópicas oferecido gratuitamente em Ribeirão Preto, além de investigar características de gestão financeira específicas da prática das entidades filantrópicas e propor melhorias para o curso de capacitação em questão.

Por meio de pesquisa de avaliação, o curso foi avaliado em seu processo e em seus resultados. Constatou-se que o curso, de modo geral, atendeu às expectativas das entidades, mas ainda não foi capaz de provocar muitas mudanças. Ainda que algumas entidades tenham realizado mudanças – em especial: uma está implantando controle de custos; outra implantou controle de estoques; outra está adaptando o controle de estoques; e uma implantou, com a ajuda do curso, um sistema de controle de patrimônio – não houve incrementos nos quesitos transparência e prestação de contas.

Assim, conclui-se que a faculdade deve manter o oferecimento do curso de capacitação por enquanto, mediante implementação de algumas melhorias, e deve repetir o processo de avaliação. Além disso, deve reavaliar essa primeira turma com o objetivo de investigar se houve mudanças, mas com intervalo maior de implementação. E ainda, é importante que a organização do programa se preocupe em manter um grupo de controle de modo a permitir a afirmação de que as mudanças foram causadas pelo curso.

Pensando na continuidade de oferecimento do curso de capacitação este trabalho propõe algumas melhorias quanto ao conteúdo e à carga horária:

- inclusão definitiva da aula sobre Excel, visando aprimorar e apresentar-lhes a ferramenta para auxílio na elaboração de controles internos da entidade (essa melhoria foi sugestão das próprias entidades);
- exclusão da disciplina Aspectos Jurídicos em detrimento a maior carga horária de Tributação do Terceiro Setor, já que as entidades que farão o curso em sua grande maioria já estarão constituídas judicialmente, e a tributação do Terceiro Setor é específica e repleta de detalhes no tocante à documentação;
- acréscimo de duas aulas de contabilidade, especialmente para tratar os temas gestão de estoque para o Terceiro Setor e gestão de patrimônio para o Terceiro Setor;
- aumento da carga horária de Análise de custos e de Orçamento;
- inclusão de uma disciplina sobre prestação de contas para discutir a prática das entidades e buscar uma metodologia comum de prestação de contas para a sociedade.

Quanto à avaliação de resultados do programa, é importante mensurar os conhecimentos adquiridos, seja por um trabalho, por uma avaliação oral, enfim, avaliar a efetividade do canal de comunicação professor-aluno estabelecido durante o curso. Talvez uma maneira de melhorar essa avaliação seja exigir a solução dos exercícios em sala de aula, aumentando a carga horária para aplicação de mais exercícios, já que essa foi uma das colocações feita pelos alunos.

E ainda, é importante avaliar o aprendizado gerado para os alunos de graduação. Apesar dessa interação ser um dos objetivos do curso, não foi contemplada no processo de avaliação. Por meio de uma avaliação informal, percebeu-se que o contato entre as entidades filantrópicas e a universidade foi proveitoso. Além de mostrar aos alunos de graduação a realidade praticada nessas entidades, houve no decorrer do curso uma série de críticas aos escritórios de contabilidade que prestam serviços a elas. Nenhuma das entidades que participaram do curso utiliza as informações advindas dos escritórios contábeis para a tomada de decisão e os contabilistas ao serem lembrados pelas entidades eram associados em sua maioria à elaboração de imposto de renda e atendimento de exigências do fisco, visão distorcida da profissão contábil. Nesse sentido houve uma conscientização dos alunos de graduação da necessidade de melhorar o serviço prestado a seus clientes.

Vale ressaltar que houve uma aparente conscientização por parte das entidades sobre a importância dos controles internos, das demonstrações oriundas da contabilidade e da transparência na prestação de contas. Apesar de ser uma avaliação informal baseada no discurso das entidades, isso pode gear trabalhos futuros no setor. Seria importante avaliar se houve mudança na importância dada à prestação de contas pelas entidades filantrópicas após essa série de escândalos com a utilização da filantropia para desvio de verba pública.

Por fim, é com o intuito de melhoria do curso de capacitação que se indica continuar com o seu oferecimento visando auxiliar as entidades filantrópicas a gerir melhor os recursos adquiridos, de modo que as instituições possam melhorar seu desempenho e a prestação de serviços à sociedade.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Ignacio **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FALCONER, Andres Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor**: um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. São Paulo, 1999. Tese (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FIPECAFI, Fundação Instituto de pesquisas Contábeis, Atuariais, e Financeiras; **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável as demais Sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11/12/2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2006.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão Contábil para o Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

RODRIGUES, Andréa Leite. **Modelos de Gestão e Inovação Social em Organizações sem Fins Lucrativos**: Um estudo Comparativo de Casos no Brasil e no Québec. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.